

JE

Jornal dos Economistas

Nº 335 Julho de 2017

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Uma agenda econômica alternativa

Rubens R. Sawaya, Carlos Frederico Rocha, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Niemeyer Almeida Filho e Guilherme Santos Mello foram instados a propor uma agenda econômica alternativa à atual e com viabilidade de implementação



FPO analisa orçamento da segurança pública e prioridades das despesas

Resumo da monografia premiada de Thandara Maria Kathleen da Silva

Uma agenda econômica alternativa

Em meio a instabilidade política e crise econômica agudas, convidamos os autores abaixo a apresentar uma agenda econômica alternativa à atual – políticas econômicas de desenvolvimento viáveis considerando o sistema político, problemas estruturais, correlações de forças e outras limitações do nosso país.

Rubens R. Sawaya, da PUCSP, afirma que as medidas e políticas para tornar o Brasil um “capitalismo civilizado” já são conhecidas. A questão é como viabilizar sua implementação contra a vontade daqueles que controlam a estrutura produtiva e financeira do país e os aparelhos de Estado.

Carlos Frederico Rocha, do IE/UFRJ, propõe uma agenda inovadora que parte de duas premissas: qualquer projeto de desenvolvimento com base democrática deve levar em consideração as mensagens das manifestações de junho de 2013; e a mudança tecnológica afetará a forma do desenvolvimento e a estrutura econômica nos próximos anos.

Plínio de Arruda Sampaio Jr., da Unicamp, acredita que o raio de manobra para uma política econômica alternativa é nulo. A tarefa imediata é derrubar o governo Temer. No longo prazo, a escolha é entre socialismo ou barbárie.

Niemeyer Almeida Filho, da Universidade Federal de Uberlândia, sugere a contenção da espoliação social, isto é, a transferência de recursos públicos sem restrições ou condicionalidades ao âmbito privado. Esta providência teria, pelas tensões internas distributivas que provoca, o potencial de gerar transformação social e assim abrir caminho para transformações mais ambiciosas.

Guilherme Santos Mello, da Unicamp, constata que, após três anos de experimentação desastrosa, a austeridade e o liberalismo fracassaram em entregar o que prometeram. Ele defende que só um governo com credibilidade conferida pelo voto popular será capaz de implementar um projeto de desenvolvimento.

Fora do bloco temático, publicamos um resumo da monografia premiada de Thandara Maria Kathleen da Silva.

O artigo do Fórum faz uma comparação entre a crise econômica e a variação das despesas com segurança pública, no estado e município do Rio. Os dados demonstram despesas significativas em armamentos não letais, serviços secretos e equipamentos de telecomunicação, que podem ser usados para monitorar e coibir manifestações populares.

Sumário

Agenda alternativa	3
<i>Rubens R. Sawaya</i>	
É possível uma agenda alternativa para o Brasil?	
Agenda alternativa	5
<i>Carlos Frederico Rocha</i>	
Progresso Técnico e Cidadania	
Agenda alternativa	7
<i>Plínio de Arruda Sampaio Jr.</i>	
Primeiramente, “Fora Ajuste”	
Agenda alternativa	9
<i>Niemeyer Almeida Filho</i>	
Incongruências da perspectiva do desenvolvimento brasileiro com transformações sociais	
Agenda alternativa	11
<i>Guilherme Santos Mello</i>	
Os “riscos” da democracia	
Monografia	12
<i>Thandara Maria Kathleen da Silva</i>	
Estrutura produtiva da economia fluminense: uma análise de insumo-produto	
Fórum Popular do Orçamento	14
“Nenhum tipo de violência é justificável e todo tipo de violência é evitável.”	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

É possível uma agenda alternativa para o Brasil?

Rubens R. Sawaya

Há um projeto viável de país? Há possibilidade de implantá-lo? O leque de medidas e de políticas para tornar o Brasil um “capitalismo civilizado” (apesar disso hoje parecer uma contradição em termos) já é conhecido e debatido. Adotar uma política cambial competitiva que não destrua a produção e empregos em território nacional – mesmo que seja em grande parte dominada por capital transnacional; baixar taxa de juros sobre a dívida pública para diminuir a participação do rentismo na renda nacional; enquadrar os bancos privados para fornecerem crédito em complemento – no mínimo – à ação dos bancos públicos; elevar o gasto público em infraestrutura e setores que fomentem o investimento privado e gerem efeitos multiplicadores que acabarão por elevar a receita fiscal resultado do crescimento econômico, compensando os gastos iniciais; adotar uma política de distribuição de renda via salários e benefícios; realizar reforma tributária que cobre impostos das grandes corporações e dos mais riscos para viabilizar a desconcentração de renda e ampliar a propensão a consumir; realizar a reforma agrária que dê às famílias a possibilidade de existência social e produza alimentos para o mercado interno. Colocar no papel é fácil.

Na história, há vários exemplos de países que promoveram crescimento com distribuição de

renda e se tornaram mais civilizados. Não adotaram as políticas neoliberais como abertura comercial; não privatizaram tudo, afastando o Estado do planejamento e da formulação de estratégias; não entregaram os setores estratégicos e de tecnologia às grandes corporações transnacionais; e nem abriram mão do controle de suas riquezas minerais. Foi esse o caso do Japão, China, e outros tigres asiáticos. As políticas que deveriam ser feitas são conhecidas e estudadas. Estão nos trabalhos de Alice Amsden, Marilena Mazzucato, Ha-jon Chang, Peter Nolan, Peter Evans, para citar apenas alguns que contaram as histórias de sucesso de países que promoveram crescimento com algum desenvolvimento. Casos de países que adotaram o neoliberalismo como base não existem, embora se goste de citar Chile e Austrália, ambos exportadores de minerais com populações diminutas, mas que na verdade não abriram mão do controle de Estado sobre os produtos básicos.

Se estas fórmulas são conhecidas, a pergunta é: por que não as aplicamos no Brasil? Por que não conseguimos manter e deixamos deteriorar os relativos avanços históricos de industrialização no Brasil, embora o país nunca tenha alcançado uma sociedade minimamente civilizada com distribuição de riqueza? A verdade é que, ao contrário, todas as vezes em que, no Brasil, se fortaleceu algum movimento com a tênue ideia de tornar o pa-

ís um pouco mais justo, o processo foi bloqueado por um golpe de Estado. Como poderia ser diferente? Que forças poderiam mudar essa história?

Adentrar o Estado e ocupar seus aparelhos, sua estrutura burocrática, são as formas de controle sobre as políticas econômicas, sobre a estratégia de desenvolvimento e as políticas de crescimento. A ação só é possível por dentro do Estado. É necessária sua ocupação por deter-

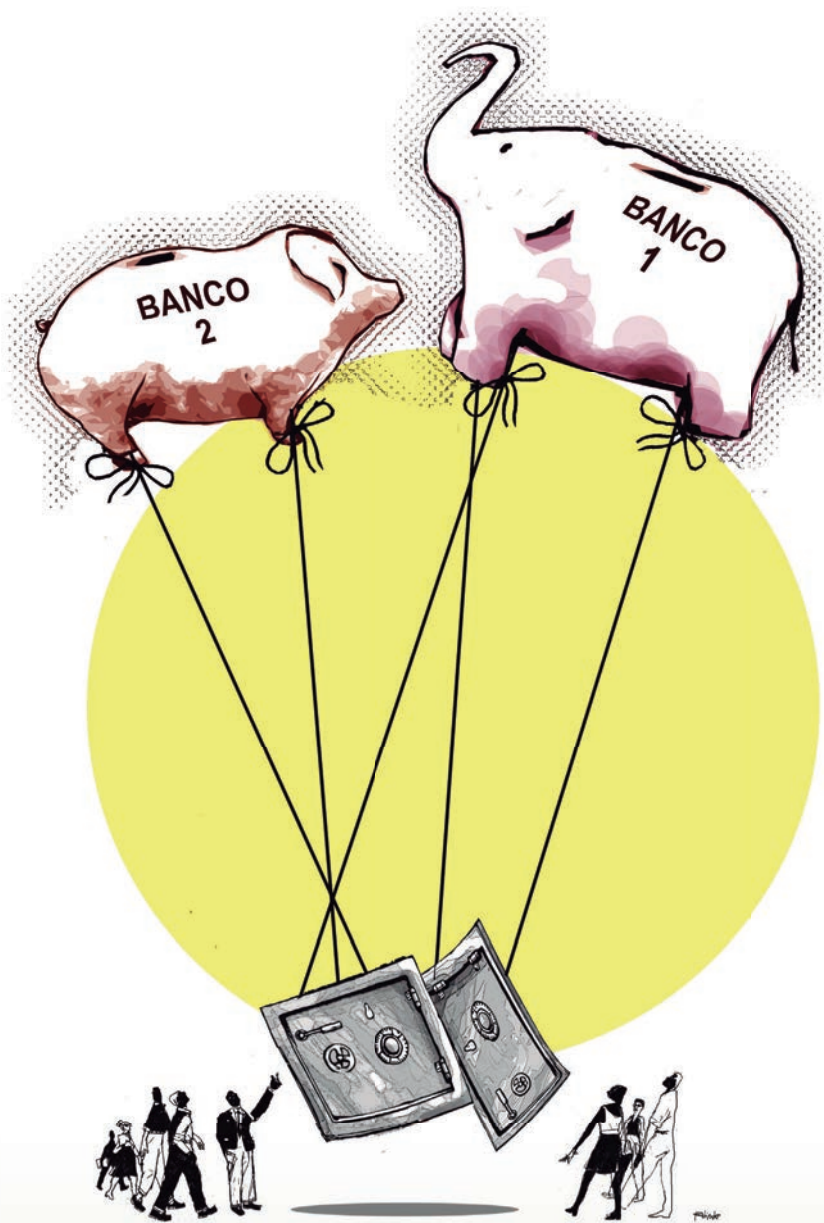


minada ideologia que lhe dê a direção. O Estado é o reflexo da correlação de forças da sociedade. É moldado por relações de poder, pelos setores ou grupos de interesses que possuem poder concreto, principalmente financeiro, para deter o controle dos aparelhos e da burocracia, para comprar os políticos e definir as políticas segundo seus interesses sobre a riqueza social. Ocupar esse espaço e afastar outra estratégia é a função do golpe. Assim,

pouco adianta saber quais seriam as políticas econômicas corretas. O problema é ter o poder para implementá-las. Essa é a razão da disputa do Estado, uma vez que ele está no eixo do controle sobre a riqueza social.

A questão é ainda mais complicada. O poder não resulta somente do fato de se alcançar o controle dos aparelhos de Estado e da Burocracia. Isso é necessário, mas não suficiente. A implementação de políticas econômicas e estratégias sempre terá que ser negociada com os grupos que comandam o funcionamento real da economia. A estrutura produtiva e financeira não é composta de agentes econômicos dispersos que respondem a estímulos e estratégias propostos nas políticas econômicas e sociais. A economia real se estrutura em grandes corporações que detêm o controle real dos processos de produção e grandes bancos que dominam o espaço financeiro. Isso torna o problema de tomar o poder mais complicado.

Concretamente, no Brasil dois bancos privados nacionais detêm um enorme poder sobre os fluxos financeiros e garantem sua participação na riqueza nacional via dívida pública. Algumas corporações transnacionais controlam os setores de mídia e alta tecnologia; outras os mercados de commodities agrícolas e minerais. As grandes construtoras e empresas de engenharia nacionais controlavam (estão sendo dizimadas) a implantação de infraestrutura e atuavam na cadeia



de petróleo. Goste-se ou não, são esses grandes grupos que estruturam os blocos de comando sobre a economia real. Têm o poder concreto de impor determinadas estratégias ao Estado para que este funcione sem ferir seus interesses. Governar significa lidar com essa difícil estrutura de poder. Será possível negociar? Pelo resultado final dos últimos anos, o que sabe é que a tentativa de composição não logrou sucesso.

No campo da política econômica, esse debate aparece como “ortodoxia” contra “heterodoxia”. O golpe recolocou a ortodoxia no poder. A ortodoxia já estava na composição política da década de 2000, com Meirelles à frente do Banco Central. Agora volta forte e sozinha. Defendem políticas revestidas de um aparato teórico que toma a aparência de técnico e que lhes permite defender a destruição do país

no longo prazo com tons aparentemente científicos, mesmo que este rigor científico tome a forma de um conto de fadas ao transformar a complexidade da macroeconomia e da ação do Estado sobre ela em uma casa de família regida pela capacidade em alocar recursos escassos. Defendem a política de austeridade, cortar gastos. Não se deve, nesta visão, incentivar uma produção maior, os investimentos, como pensaria um empresário comum interessado em elevar seu faturamento. Não interessa ver que, quanto mais o Estado incentiva o crescimento econômico com gastos de elevado efeito multiplicador, sua arrecadação cresce ao ponto de poder cobrir esses gastos. Ao contrário, focam em uma subjetiva e falsa “equivalência ricardiana” que confundiria as “expectativas racionais” dos agentes. De outro lado, pouco se importam com os gastos com juros.

A austeridade gera apenas maior necessidade de austeridade em um processo autofágico. Chegará a um ponto em que nada sobrá. Caem a atividade econômica e a arrecadação tributária em ritmo superior ao corte de gastos. Argumentam que a austeridade recuperaria a credibilidade perdida dos agentes e que os investimentos seriam retomados como que por mágica. Como investir com apenas 40% a 50% da capacidade produtiva utilizada, com uma taxa de desemprego da ordem de 13%, atingindo 14 milhões de pessoas, e com queda nos salários e na massa de salários? Qual empresa investiria sem perspectiva de uma demanda efetiva no futuro? E não vale o argumento de que a crise é resultado de uma “nova matriz macroeconômica”, dado que as políticas

de austeridade foram postas em prática já em 2011, e que a queda nas taxas de juros durou apenas alguns meses (apesar de que foi suficiente para iniciar a grita para derrubar o governo). Pode-se dizer que em parte o golpe só foi possível porque o governo Dilma apostou no jogo do inimigo e implantou a austeridade.

Para tentar superar essa situação é necessário retomar o poder. Retirar os economistas ortodoxos, em sua maioria funcionários de bancos, úteis na disputa pela riqueza, dado que suas medidas de austeridade colocam cerca de 6% do PIB que o Estado paga de juros sobre sua dívida no caixa dos bancos e rentistas. Esse percentual quase alcança os gastos com INSS (7%) e supera os gastos com saúde (4%) e educação (5%). Basta que 3% do gasto com juros fosse para infraestrutura que a economia retomaria o crescimento. O debate teórico não está muito difícil, dado que todas as previsões dos economistas que apoiaram a austeridade estão caindo por terra. O problema é o poder político que possuem. Eles têm o controle da mídia, onde divulgam suas ideias sem cessar. Agora dominam as políticas de Governo por completo por dentro do Estado.

De qualquer forma, uma vez que por força política se consiga controlar os aparelhos de Estado para realizar outro tipo de estratégia, como enfrentar o poder daqueles que realmente controlam a estrutura produtiva e financeira? O caminho se faz ao caminhar.

* É professor de Economia Política da PUCSP, diretor da Associação Nacional dos Cursos de Ciências Econômicas – Ange e diretor da Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP.

Progresso Técnico e Cidadania

Carlos Frederico Rocha*

*“O, wonder!
How many goodly creatures
are there here!
How beauteous mankind is!
O brave new world
That has such people in’t!”*

(Miranda em *A Tempestade* de Shakespeare)

Este artigo procura traçar algumas prioridades para a formulação de um projeto de desenvolvimento para o país. O artigo parte de duas premissas. A primeira é que as manifestações de junho de 2013 tiveram um impacto forte nos eventos recentes no país e qualquer projeto de desenvolvimento com base democrática deve levar em consideração as mensagens passadas por esse movimento. A segunda é que estamos vivendo uma fase de intensa mudança tecnológica que afetará a forma do desenvolvimento e a estrutura econômica nos próximos anos.

As manifestações de junho de 2013 são uma marca que restará sobre nossas veias para os próximos anos. Incompreendidas até mesmo por seus participantes, elas foram a maior mobilização popular desde a campanha das *Diretas Já* de 1984, que teve seu principal resultado na Constituição de 1988. Sua chama inicial foi o Movimento do Passe Livre (MPL), que se opôs aos aumentos de passagens de transportes públicos. Logo se transformaram em protestos crescentes que questionavam a Copa do Mundo, as Olimpíadas, os grandes eventos e, creio, intuitivamente, os recursos despejados em grandes obras.

Entre as interpretações possíveis desse intenso movimento social, três traços devem ser explorados. Inicialmente, as manifestações marcaram o fim de um modelo de desenvolvimento baseado no suporte do Estado à acumulação de capital. A economia brasileira passou, entre 2003 e 2010, pelos anos de maior crescimento do PIB per capita desde a segunda crise do petróleo. Esse período foi marcado por fortes subsídios ao capital, pelo financiamento de grandes obras e pela tentativa (malsucedida) de constituição de polo inovador dinâmico. Dentro dessa redoma estão: (i) os grandes eventos, que usaram recursos públicos para gerar instalações espetaculares que, no entanto, só puderam ser utilizadas por uma minoria pagadora dos eventos; (ii) uma política industrial e de transportes baseada em estímulos à produção e ao consumo de veículos particulares, que utilizam intensamente a parca estrutura viária e poluem o meio ambiente; e (iii) as grandes obras para geração de energia, que representam a exclusão de populações locais e reduzem a diversidade.

O segundo traço é a rejeição ao atual ordenamento político, que pareceu ser identificado como não representativo do conjunto de pessoas que esteve presente. Foi um movimento sem carro de som, sem palavras de ordem, com formas de organização alternativas e, principalmente, recusando a participação de partidos políticos de todas as cores e origens. Aparentemente, esse segundo traço foi explorado politicamente posteriormente, resul-

tando na derrubada do governo Dilma. Contudo, o apoio contínuo e incondicional de parte da população à Operação Lava Jato denuncia uma rejeição mais profunda ao *modus operandi* dos partidos políticos.

O terceiro traço advém da demanda por serviços públicos urbanos e consiste na parte positiva do movimento de junho de 2013. Nesse rol, estão presentes políticas de mobilidade, saúde e educação e, somando-se, habitação. Trata-se, portanto, de uma demanda por cidadania. São evidências desse traço a vitória e a derrubada de Dilma, em 2014, a liderança de Lula nas pesquisas para 2018, e a análise de nove em cada dez economistas liberais de que as reformas devem ser realizadas agora, porque não há possibilidade de vitória eleitoral sem comprometimento com a maior oferta de bens públicos. A principal razão para essa preferência nacional foi dada pelo liberal Samuel Pessoa: o eleitor mediano, por ser desprovido de ativos, sejam eles de capital físico, sejam originários na formação profissional, não desfruta dos benefícios do crescimento econômico e, portanto, a única forma de participar é por intermédio do gasto público. O que esses economistas liberais propõem, então, é a exclusão da população dos frutos do crescimento e que essa decisão seja tomada mesmo que rompendo com pressupostos democráticos. Assim, ao contrário do que apontam as reformas do governo Temer, o ponto de partida para a nossa análise é a necessidade e o objetivo de aumentar a provi-



são dos serviços públicos que deve guiar um projeto de desenvolvimento nacional.

Um segundo elemento para a formulação de uma política de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil é a forte mudança tecnológica baseada na crescente aplicação das tecnologias digitais e de inteligência artificial. O impacto dessas tecnologias sobre o mundo do trabalho não pode ser menosprezado. O número de ta-

sendo substituídas pelo autosserviço. Esse é o caso da indústria moveleira, que vem se constituindo em simples indústria de corte. Isso significa que o emprego industrial cairá ao longo do tempo e que propostas de desenvolvimento baseadas no retorno à indústria tradicional e à desvalorização cambial não serão bem-sucedidas.

O comércio, que vinha sendo um importante setor de absorção de mão de obra, vem também

nais de televisão são substituídos por *streaming*. A indústria hoteleira perde espaço com a entrada de sítios de internet que atuam na provisão descentralizada de leitos e aluguel de habitação de curta duração. E, se antes o trabalho mais qualificado era preservado e o menos qualificado substituído, as tecnologias de inteligência artificial parecem atacar também aqueles de maior qualificação. Aulas vêm sendo ministradas à distância e novos instrumentos de interação substituem parte das atividades presenciais atuais, assim como também ocorre com consultas e cirurgias médicas. Ainda que essas profissões possam não vir a desaparecer, as qualificações necessárias e os instrumentos de trabalho se transformarão.

Não há, portanto, como projetar um futuro em que a estrutura do emprego, as habilidades laborais e as formas de apropriação da renda se mantenham no formato atual. Fundamentalmente, não há como se projetar um futuro supondo que estaremos alheios a essa realidade. Três consequências devem ser pensadas. A primeira é que a falta de emprego pode tornar políticas de transferência de renda algo mais importante do que simplesmente o combate à pobreza extrema. Novos sistemas de repartição da renda deverão ser elaborados. A segunda é que a provisão de infraestrutura e qualificações que lidem com o ambiente de tecnologias digitais e inteligência artificial passou a ser uma necessidade e não pode ser deixada de fora de um projeto nacional. Terceiro, as características locais devem ser valorizadas. A diversidade ambiental e cultural pode vir a ser a principal forma de diferenciação produtiva a prevalecer em um ambiente cres-

centemente globalizado por essas tecnologias. A exploração da cultura local, do saber específico desenvolvido, da natureza e do patrimônio constituído surge como a principal possibilidade de criação de valor. São espaços de uso comum que não são passíveis de serem apropriados ou copiados externamente.

Assim, grandes desafios aparecem para a política econômica, quase todos desconectados das reformas ora em andamento. O primeiro desafio é a constituição de uma forma alternativa de apropriação da renda, que permita a repartição do valor produzido localmente. Não estão fora dessas alternativas políticas de renda mínima. O segundo desafio é a constituição de uma nova agenda tributária que permita se adequar à nova realidade produtiva e, principalmente, reduzir a regressividade atual de nossa tributação. O terceiro desafio é a cessação das desonerações implantadas nos governos Lula e Dilma. O quarto desafio é a mudança de foco das políticas de financiamento do capital e do consumo. Não parece razoável comprometer a infraestrutura atual com o aumento de tamanho do mercado interno para a indústria automobilística e seus pares. Mudanças de agenda são necessárias e os recursos de financiamento devem estar voltados para as demandas que surgiram nas manifestações de 2013, mais a necessidade de infraestrutura de rede de alta velocidade. Finalmente, estamos devendo à população um sistema de regulação das indústrias de rede e infraestrutura de qualidade que não permita que agências sejam capturadas.

* É doutor em Economia e professor do IE/UFRJ.



refas e procedimentos realizados por robôs vem crescendo e o seu custo caindo. A tendência é que, nos próximos anos, robôs venham a substituir plenamente o que resta de mão de obra em indústrias como a automobilística e a têxtil. Algumas atividades de montagem, anteriormente realizadas na indústria de transformação, vêm

perdendo postos de trabalho para essas novas tecnologias. Estatísticas mostram que o emprego em lojas de departamento nos Estados Unidos, em 2017, havia caído a 1,3 milhão, abaixo dos 1,5 milhão de 25 anos atrás. Essas tecnologias substituem ainda trabalho em agências de viagem, telefonia e ócio. Cinemas desaparecem, ca-

Primeiramente, “Fora Ajuste”

Plínio de Arruda Sampaio Jr.*

Para perplexidade dos que até há pouco imaginavam que o Brasil teria consolidado a democracia e vencido o atraso, as graves contradições que paralisam a economia, corroem a legitimidade das instituições políticas e polarizam a luta de classes trazem à tona os gigantes antagonismos de uma sociedade em acelerado processo de reversão neocolonial. O fim do ciclo de crescimento, impulsionado pelo *boom* especulativo internacional, expôs as enormes fragilidades de uma sociedade marcada pela segregação social, à mercê da pilhagem predatória do grande capital.

A inflexão da conjuntura foi determinada pelos efeitos devastadores da crise capitalista sobre a economia brasileira, agravados pelo impacto altamente destrutivo do ajuste ortodoxo iniciado por Dilma e Levy e radicalizado por Temer e Meirelles. Ao colocar a sociedade sob os imperativos da lei do valor em tempos de crise, a ofensiva do capital desencadeou um ataque avassalador sobre os direitos dos trabalhadores, as políticas públicas e a soberania nacional. Do dia para a noite, tudo que parecia sólido começou a se desmanchar.

A guerra aberta contra as classes subalternas exige a substituição dos meios de expressão da vontade política dos trabalhadores. A solução do capital para a crise pressupõe a anomia política do trabalho e a usurpação da soberania popular.

A burguesia atua incessan-

temente para neutralizar toda e qualquer iniciativa que possa redundar na atuação independente da classe trabalhadora. Uma vez que a crítica da realidade abriria a possibilidade de encontrar soluções alternativas para a crise do capitalismo, torna-se vital convencer a opinião pública de que os remédios amargos das “reformas” liberais constituem o único meio de tirar o país do atoleiro. Como o protesto social poderia furar o cerco da mídia e dialogar diretamente com as massas, torna-se obrigatório criminalizar a luta social, estigmatizar a crítica, e cercear a atuação dos partidos de esquerda.

Além de agir diretamente sobre o nível de consciência da classe trabalhadora, o capital atua para reduzir ao mínimo a influência da soberania popular nas decisões políticas, investindo contra os resíduos democráticos existentes nos interstícios de uma estrutura de poder que, na realidade, já vem funcionando como um verdadeiro Estado de Exceção. Como os ataques aos direitos trabalhistas e às políticas sociais não passariam jamais pelo crivo do voto popular, torna-se necessário desmoralizar as instituições que expressam – mesmo que precariamente – a vontade do cidadão. Como os direitos adquiridos, cristalizados em lei, não podem cercear os imperativos do capital, torna-se urgente eliminá-los.

As novas exigências do capital exigem uma profunda transformação no padrão de dominação. Assim como a crise da

economia cafeeira implicou o fim da República Velha, a crise terminal da industrialização requer a substituição da Nova República. A liquidação da democracia de cooptação, institucionalizada na transição da ditadura militar, assume a forma de uma cruzada moralista contra a corrupção.

A radiografia das relações promíscuas da política com o capital, feita pelo poder judiciário, e sua espetacularização pelos grandes meios de comunicação estão trucidando o sistema político brasileiro e todas as suas instituições. Paradoxalmente, as causas profundas da corrupção – a absoluta preponderância dos imperativos dos negócios na vida nacional – em nenhum momento são colocadas em questão. Antes o contrário. Os acordos de leniência deixam as empresas livres para continuarem saqueando os cofres públicos e pilhando o país. A corrupção é entendida erroneamente como um problema estritamente individual que deve ser combatido caso a caso.

O limite da investida contra a corrupção revela que o verdadeiro objetivo da operação “Fora Todos”, que está destruindo a Nova República, não é moralizar a vida pública, mas aumentar ainda mais a submissão do poder político ao capital. Ao explicitar que por trás de cada representante do povo existe invariavelmente o patrocínio de uma grande empresa, avilta-se a relação de confiança entre os eleitores e seus representantes. Como consequência, o



papel dos políticos como elo de mediação entre os interesses públicos e privados fica irremediavelmente comprometido. Transformados em representantes diretos dos interesses do capital no interior do Estado, os políticos abraçam, sem qualquer contraponto, a agenda de desmonte das conquistas trabalhistas e democráticas que estabeleciam um patamar mínimo de civilidade à sociedade.

Ao explicitar o conteúdo ditatorial da democracia burguesa, o capital afirma seu despotismo implacável sobre a sociedade. A banalização do debate público, a criminalização dos movimentos sociais e a destruição do sistema político esvaziam a democracia de qualquer conteúdo popular. Hermeticamente fechado aos de baixo, o circuito político torna-se um condomínio restrito da plutocracia. Nesse contexto, **o raio de manobra para uma política econômica alternativa é nulo.**

Ameaçados pela virulência da ofensiva do capital, os brasileiros que vivem do próprio trabalho estão obrigados a buscar novos caminhos para o enfrentamento da grave crise civilizatória que ameaça a sua existência. O primeiro desafio é superar o bloqueio mental que naturaliza o capitalismo e alimenta o senso comum de que nenhuma política econômica é viável se não contar com a aprovação do grande capital. Sem coragem, criatividade e ousadia para se colocar à altura das necessidades históricas, a sociedade fica condenada à miséria do possível.

A tarefa imediata é política: derrubar o governo espúrio de Temer e dar uma solução democrática, de baixo para cima,

para a crise terminal da Nova República. “Diretas Já” como ponto de partida e “Revolução Democrática” como ponto de chegada devem ser as referências fundamentais que norteiam a luta política das forças comprometidas com a construção de uma agenda de combate à barbárie.

Sem uma substancial ampliação da democracia, é impossível imaginar a possibilidade de uma mudança radical nas prioridades que orientam a política econômica. O essencial é inverter o sentido das respostas que vêm sendo dadas à crise econômica. Ao invés de dar primazia aos negócios do capital internacional e à modernização dos padrões de consumo de uma exígua parcela da população, a política econômica deve colocar em primeiro plano as necessidades fundamentais do conjunto dos trabalhadores – emprego digno para todos, reforma urbana, reforma agrária, respeito ao meio ambiente, proteção das nações indígenas etc. “Fora Ajuste”, “Direitos Já”, “Trabalho”, “Teto”, “Terra” e “Transporte” devem ser consignas de uma política econômica comprometida com os interesses estratégicos dos trabalhadores brasileiros.

A fim de proteger a economia popular e os interesses nacionais do terrorismo econômico do grande capital, que utiliza a desestabilização financeira e a asfixia econômica como meios de retaliação contra os que ousam desafiar os *status quo*, uma política econômica alternativa deve superar o bloqueio institucional que aprisiona os instrumentos de controle da economia às teias do neoli-

beralismo. Para tanto, será necessário dismantlar o arcabouço jurídico que dá sustentação ao padrão de acumulação liberal periférico brasileiro – o Plano Real. Sem a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a reestruturação da dívida pública, o regime fiscal fica subordinado à ditadura do rentismo. Sem a centralização do câmbio e a monopolização das relações externas, o país não tem como se defender dos movimentos de fuga de capitais nem subordinar a utilização das divisas internacionais às necessidades do conjunto da população. Sem a colocação do Banco Central sob controle democrático, submetido a prioridades definidas pela soberania popular, o poder da moeda não pode ser subordinado a uma estratégia de reconstrução do mercado interno e desenvolvimento das forças produtivas a ele vinculadas. “Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal”, “Controle popular das Reservas Internacionais”, “Auditoria Política da Dívida Pública”, “Controle democrático sobre o Banco Central”, “Abaixo o Plano Real” são as palavras de ordem que dão consequência ao caráter democrático e anti-imperialista de uma agenda de ruptura com o ajuste neoliberal.

Por fim, uma política econômica alternativa supõe a construção de um horizonte estratégico para a organização das forças produtivas, que coloque como prioridade a elevação sistemática do patamar civilizatório da sociedade. São três os vetores fundamentais que devem orientar o desdobramento do processo de superação da ordem global:

- Romper com o padrão mimético de modernização do consumo e estilos de vida e definir prioridades materiais que sejam compatíveis com as possibilidades da economia brasileira e com as necessidades fundamentais da população – mudança que supõe organizar a sociedade com base em uma ética de solidariedade e cooperação, tendo como perspectiva a construção de uma vida social baseada na igualdade substantiva entre todos os seres humanos;
- Modificar qualitativamente os parâmetros sociais e institucionais que regem a organização do mundo do trabalho, de forma a eliminar todas as formas de hierarquias subjacentes à exploração e dominação do trabalho pelo capital; e
- Graduar a introdução e difusão de progresso técnico, tendo em vista o objetivo de elevar as condições de vida, materiais e existenciais, do conjunto da população e sem perder de vista a importância estratégica da preservação do meio ambiente.

A combinação de crises econômica e política de grande envergadura, que se reforçam reciprocamente, configura uma conjuntura particularmente adversa. As tendências inscritas no movimento histórico são implacáveis. A sociedade brasileira encontra-se numa encruzilhada decisiva. A revolução brasileira sufocada pela ditadura militar em 1964 volta à ordem do dia como revolução operária. Vista em perspectiva de longa duração, a escolha real é entre socialismo ou barbárie.

* É professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Incongruências da perspectiva do desenvolvimento brasileiro com transformações sociais

Niemeyer Almeida Filho*

Vivenciamos uma conjuntura de paradoxos. Há sentimento majoritário da sociedade brasileira, identificado em diferentes pesquisas de opinião, de rejeição ao âmbito da política, particularmente da política partidária. As inúmeras evidências de corrupção levantadas pelas operações da Polícia Federal mostram falência estrutural da forma de representação política, engendrando perigosa lacuna entre a vida social cotidiana e o funcionamento público, tanto das ações regulares de execução das funções sociais do Estado quanto da formulação de políticas. O perigo decorre da descrença nas instituições públicas, abrindo caminho para arbítrios.

O paradoxo flagrante está num comportamento social de crença nas possibilidades autônomas da economia, de modo que parecem legitimados o isolamento e primazia da política de estabilidade macroeconômica garantida pelo Banco Central. Não há oposição organizada de contestação à prioridade de “saneamento” das contas públicas. A grande mídia sustenta, por reportagens e entrevistas especializadas de profissionais que atuam no sistema financeiro, que é preciso seguir os passos de retomada do crescimento e desenvolvimento, começando por consolidar as bases de contas públicas equilibradas, não obstante o enorme gasto com juros da dívida pública.

Do meu ponto de vista, os aspectos econômicos e políticos realçados na atual conjuntura embacam questões estruturais essenciais

a uma avaliação das potencialidades do desenvolvimento brasileiro. Aqui cabem referências às contribuições de Celso Furtado e a Ruy Mauro Marini, defensores e militantes de perspectivas significativamente contraditórias entre si. Digo contraditórias porque Celso Furtado dedicou sua vida de homem público a viabilizar o desenvolvimento capitalista brasileiro, enquanto que Ruy Mauro Marini empenhou energia comparável para revolucionar esse mesmo tipo de desenvolvimento, comprometido com a alternativa socialista.

Contudo, ambos mostraram aspectos centrais estruturais que, se não forem socialmente contemplados em debate e ações, julgo serem impeditivos a qualquer progresso social. Celso Furtado, em seu livro de 1966, *Estagnação e Subdesenvolvimento*, chegou a afirmar que sem a formulação de um projeto social genuinamente nacional, que contemplasse as necessidades históricas do povo brasileiro e promovesse transformações sociais, estaríamos condenados à estagnação. O livro e as suas conclusões foram contestados naquela conjuntura e, posteriormente, confrontados com o dinamismo do período do “Milagre”. Mesmo assim, dois dos seus elementos merecem destaque pela importância que assumem nesta conjuntura. O primeiro deles é a importação de tecnologias incompatíveis com as exigências sociais brasileiras; o segundo, relacionado ao primeiro, é a manutenção de um padrão de consumo social muito distante das possibilidades das massas brasileiras.

Carlos Lessa verbalizou os elementos postos por Celso Furtado em palestras, uma das quais assisti. Segundo ele, na sociedade brasileira configura-se um *apartheid* social. Uma situação social em que poucos têm acesso a tudo aquilo que o capitalismo global oferece de sofisticação de consumo e ostentação, enquanto que muitos perseguem um simulacro desta condição, imitando parcial e imperfeitamente um consumo inalcançável. Isso significa, e este é o ponto, que a produção mais sofisticada que ocorre internamente não apresenta extensão de mercado suficiente, realizando-se em grande parte no mercado internacional.

Ademais das consequências evidentes para o padrão de vida social, há também consequências econômicas, já que os produtos majoritariamente consumidos pela população brasileira não são dinâmicos, isto é, não apresentam demanda crescente em nível internacional. Não estamos aqui nos referindo apenas à qualidade dos produtos em si, que é inferior ao padrão do comércio internacional, mas, sobretudo, ao fato de que esses produtos não impulsionam a demanda agregada na forma de investimentos e inovação.

De sua parte, Ruy Mauro Marini sustentou que o capitalismo brasileiro, como de resto o latino-americano, é deformado pela presença dominante da superexploração da força de trabalho. O conceito de superexploração é talvez sua contribuição mais importante por incorporar as condições essenciais do capitalismo



latino-americano, e por isso mesmo o mais contestado, inclusive por marxistas brasileiros. A abordagem é evidentemente histórica, buscando os elementos fundamentais da formação social brasileira.

O ponto de partida é o desenvolvimento do capitalismo global e como se inserem nele a região e o Brasil. A transição brasileira acontece em um momento em que a Inglaterra e um conjunto de países da Europa e América do Norte já haviam completado seus processos de transição e já se encontravam numa condição dinâmica de capitalismo avançado. Portanto, a inserção das economias da região na divisão internacional do trabalho foi subordinada, estabelecendo-se nos produtos primários que havia disponíveis em abundância ou naqueles processados de baixo conteúdo tecnológico, oriundos da agricultura ou minerais.

A questão principal é que esta inserção inicial vem se reproduzindo *mutatis mutandis* desde então. De modo que o capitalismo



que se estabeleceu na região apresenta especificidades, tratadas por Marini como deformações, pelas consequências sociais que ele gera. Dentre essas consequências destaca-se a dominância da superexploração da força de trabalho, que poderia ser traduzida como níveis médios mais elevados de exploração da força de trabalho, provocando baixa remuneração relativa do trabalho e, portanto, baixo nível relativo do consumo social.

Há complexidade de análise, pois o nível de abstração é elevado, exigindo detalhamento concreto de aspectos que fogem às possibilidades deste artigo. No que diz respeito às consequências dinâmicas, escrevi um artigo publicado na REP onde o argumento está detalhado¹. A reprodução recorrente desta condição para a economia brasileira mostra o vigor dos elementos estruturais em operação. Considerando

que a transição brasileira ao capitalismo avançado foi cumprida ao final dos anos 1960, há extensão histórica significativa de operação estrutural, corroborando a dificuldade de sua superação dentro da normalidade do desenvolvimento capitalista. Não por outra razão, Marini e outros dependentistas, como Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, afirmavam a alternativa socialismo ou barbárie.

Num nível mais concreto de análise, ademais da condição de desigualdade social que a dinâmica de uma economia dependente provoca, há a marginalização social decorrente da sua incapacidade de alcançar o coletivo social. A dinâmica da economia não é capaz de gerar empregos e empreendimentos suficientes para ocupar toda a população economicamente ativa. O baixo nível de crescimento agudiza o problema.

Evidentemente, os elementos estruturais colocados por Celso Furtado e Ruy Mauro Marini são inerentes ao capitalismo, sobretudo às formações sociais onde a dependência é constitutiva, de modo que não parecem ser superáveis dentro desta ordem social. Tampouco me parece colocada a possibilidade de uma revolução que venha a subverter essa ordem social, dada a sua característica de ordem social global. Mesmo assim, a resignação política que o reformismo desenvolvimentista denota parece-me inapropriada e fora de lugar numa sociedade como a brasileira.

Entendo que as transformações devam ser realizadas mediadas por uma discussão concreta das nossas possibilidades imediatas, tencionando elementos de conservação da ordem e perseguindo aqueles que geram progresso real. Sugiro começar por um desenho do

Estado que contenha a espoliação social, isto é, a transferência de recursos públicos sem restrições ou condicionalidades, nas suas diversas formas, ao âmbito privado. Ainda que seja uma providência colocada dentro da ordem estabelecida, ela terá, pelas tensões internas distributivas que provoca, o potencial de gerar transformação social e assim abrir caminho a transformações mais ambiciosas.

* É professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia e membro da direção da Sociedade Latino Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (Sepla) e foi presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) de 2012 a 2016.

1 ALMEIDA FILHO, N. Nature of the State economic expanded functions in the Brazilian economy. *Revista de Economia Política* (Impresso), v. 36, p. 91-108, 2016.

Os “riscos” da democracia

Guilherme Santos Mello*

O Brasil saiu da recessão e está trilhando o caminho de volta ao crescimento. A inflação foi debelada graças à atuação competente da autoridade monetária. A situação fiscal estará sob controle caso se aprovelem as reformas hoje presentes no Congresso. Com inflação baixa, finanças equilibradas e legislação trabalhista mais flexível, o empresário retomará sua confiança e voltará a investir, gerando uma nova e mais equilibrada rodada de crescimento. O único risco à deflagração deste processo positivo e harmonioso advém da política, tanto pela possibilidade de retardar a tramitação das reformas (no caso da manutenção do atual governo), quanto por eventualmente impedir sua aprovação e promover uma alteração na estratégia de política econômica atual (no caso da eleição de um novo governo). Ou seja, a própria democracia colocaria em risco o sucesso de uma estratégia econômica correta e bem-sucedida.

Todas essas afirmações, e muitas outras derivações do mesmo tema, são exaustivamente repetidas

nos jornais impressos, radiofônicos e televisivos. Seja pronunciada por autoridades oficiais do governo, seja exposta por analistas econômicos e do mercado financeiro, a moral da história é sempre a mesma: Estamos no rumo certo na economia, mas a política pode atrapalhar!

As evidências dos avanços no campo econômico seriam pequenas, mas inequívocas. Em primeiro lugar, a redução da inflação provaria a correção da política monetária, que teria “quebrado a espinha dorsal” da inflação no Brasil, nas palavras do presidente do Banco Central. No entanto, uma análise minimamente cuidadosa dos dados não nos permite tamanho otimismo, por que boa parte da redução da inflação observada nos últimos doze meses deriva de fatores que pouco têm a ver com a atuação das autoridades monetárias: o fim do impacto do ciclo de aumento dos preços administrados, o fim das pressões inflacionárias advindas da depreciação cambial, a supersafra agrícola (que jogou para baixo o preço dos alimentos) e certamente o fator mais importante: a pressão deflacionista decorrente

da maior recessão da história brasileira, que rebaixa salários e preços livres. Nenhum desses fatores está diretamente ligado às decisões de política monetária e pode haver uma reversão caso as circunstâncias se alterem no futuro, com a eventual retomada do crescimento, anos menos positivos do ponto de vista climático ou a necessidade de novas rodadas de depreciação cambial.

Uma segunda “evidência” do propalado sucesso da atual política econômica estaria na retomada do crescimento. O resultado do PIB do primeiro trimestre de 2017 foi comemorado como a reversão definitiva do longo período recessivo enfrentado pelo Brasil, lançando as bases para um novo período de crescimento. Aqui, novamente, os dados não são nada animadores e contradizem o discurso oficial. Em primeiro lugar, o crescimento se deu em cima de uma base profundamente depreciada, o que faz com que pequenas variações positivas em algumas variáveis isoladas apareçam com grande impacto no resultado agregado do PIB. Em segundo lugar, o fato de o crescimento ter se concentrado na agricultura (do lado da oferta) e nas exportações (como variável de demanda), mostra a fragilidade da expansão da atividade, dependente de boas safras, preços internacionais de commodities e condições agrícolas. Por fim, a queda expressiva dos investimentos e a recorrente retração do consumo das famílias apontam para uma perspectiva nada animadora para o crescimento nos próximos trimestres, uma vez que a demanda continua se retraindo, apesar da rápida desaceleração da inflação.



Aqui entraria a terceira “evidência” de sucesso da estratégia das atuais autoridades econômicas: a queda da inflação provocaria o aumento da renda real, que, juntamente com as reformas, seria responsável por promover a retomada do consumo, da confiança do empresariado e, como consequência, o retorno dos investimentos. O problema é que essa terceira evidência também não encontra respaldo na realidade: apesar de ter retornado para patamares positivos, o aumento da confiança do empresário não promoveu uma elevação nos investimentos; apesar da retração da inflação, não se observou nenhuma melhoria na renda, no salário real e no consumo das famílias trabalhadoras, crescentemente assoladas pelo desemprego.

Se as evidências de sucesso da política econômica fossem reais, não apenas interpretações equivocadas e fantasiosas dos dados, certamente o risco político tão enfatizado pelos especialistas não seria tão grande. Se a estratégia liberal da austeridade econômica, iniciada com Levy e Dilma em 2015



e aprofundada (inclusive no longo prazo) por Temer e Meirelles ao aprovar a PEC do teto de gastos, tivesse sido bem-sucedida em promover algum crescimento sustentado, retomando a renda e emprego das famílias, certamente ela encontraria mais apoiadores dentro da sociedade, não apenas os poucos (mas muito escutados) representantes do governo e do mercado financeiro. Permeados por ideologia e interesses, estes atores sociais pregam no deserto ao defenderem a importância dos cortes de gastos, dos juros altos, das reformas antipopulares e da crescente liberalização financeira e comercial. Diferente do que querem fazer crer, não estão politicamente

isolados por conhecerem um segredo que poucos conhecem, ou enxergarem fatos que apenas os “inteligentes podem ver”; encontram-se isolados pela completa incapacidade de sua estratégia entregar o mínimo de bem-estar social para a grande maioria da população, enquanto mantém e garante os privilégios da minoria de ricos e grandes proprietários.

O que torna os riscos políticos tão decisivos é o fato de que, após três anos de experimentação desastrosa, a austeridade e o liberalismo fracassaram em entregar o que prometeram. Sendo assim, a população tende a novamente, assim como já havia feito nos últimos quatro pleitos eleitorais, escolher projetos po-

líticos e econômicos que entreguem crescimento e distribuição de renda, ao invés de desemprego e aumento da pobreza. É isso que assusta tanto os analistas econômicos de plantão, que insistem em profetizar o desastre caso as políticas que defendem sejam revertidas.

Por trás do discurso de “risco político”, observa-se um profundo desprezo pela democracia. É evidente que as incertezas políticas afetam a decisão de investimento dos empresários, mas a incerteza existe porque temos diferentes projetos de nação em disputa, que merecem ser apreciados pelo povo brasileiro. Apenas um governo legítimo, com credibilidade proferida pelo voto popular, será capaz de

implementar um projeto de desenvolvimento, seja ele qual for. Negar essa possibilidade ao povo brasileiro, sob o argumento de “risco político”, ou mesmo defender que não há outra alternativa a não ser aquela representada por sua ideologia, é uma forma de flertar com o autoritarismo, mesmo que de maneira velada. Se hoje a política é um obstáculo para a verdadeira retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico, a solução não é limitar a democracia, mas ampliá-la, legitimando um novo governo pelo voto popular.

* É professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) da Unicamp.

Monografia

O JE publica o último resumo dos textos vencedores do 26º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Thandara Maria Kathleen da Silva, graduada pela UFRRJ, recebeu menção honrosa no concurso.

Estrutura produtiva da economia fluminense: uma análise de insumo-produto

Thandara Maria Kathleen da Silva*

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2009, o estado do Rio de Janeiro apresentou um PIB de R\$ 353.878 milhões, representando 10,9% do PIB nacional, ficando atrás apenas do estado de São Paulo. Ademais, pode-se ressaltar que na década atual ocorreram importantes eventos na cidade do Rio de Janeiro, como os Jogos Mundiais Militares em 2011; a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012; a Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude em 2013; a Copa do Mundo em 2014, tendo o Rio de Janeiro como uma das doze cidades-sedes; e as Olimpíadas e

Paraolimpíadas de 2016.

Considerando o período privilegiado que foi vivido pelo estado fluminense em termos de aumento dos investimentos decorrentes dos megaeventos esportivos que o Rio de Janeiro sediou ao longo dos últimos anos, tornou-se importante o entendimento de que é necessário o estabelecimento de estratégias que visem à promoção do crescimento e desenvolvimento econômico da região.

Contudo, apesar da importância do Estado do Rio de Janeiro nas esferas econômica, política e histórica a nível nacional, verificou-se que a economia fluminense ainda carece de informações que auxiliem em um maior entendimento do fun-

cionamento das relações de interdependência entre as atividades econômicas de sua região, diferentemente de outras unidades da federação, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Sob essa perspectiva, cabe aqui ressaltar que o conhecimento da estrutura produtiva e as relações intra e intersetoriais de uma região permite a formulação de políticas públicas mais eficazes na promoção do seu crescimento e desenvolvimento econômico.

Diante dessa lacuna existente, **este trabalho possuiu o objetivo de analisar a estrutura produtiva e as relações intra e intersetoriais da economia do Estado do Rio de Janeiro para o ano de 2009.** Para tanto, foi utilizado o instrumental analí-

tico de insumo-produto, uma vez que este método é uma importante ferramenta na análise da estrutura produtiva de uma determinada região, assim como seus principais indicadores, quais sejam: índices de Rasmussen-Hirschmann e os multiplicadores de produção, emprego e renda. De modo a implementar o modelo de insumo-produto, foi usada uma matriz regional de insumo-produto do Rio de Janeiro disposta em 20 setores produtivos e tendo como ano de referência 2009. Essa matriz foi obtida por meio da regionalização da matriz inter-regional de insumo-produto Rio de Janeiro x Restante do Brasil para o ano de 2009, com tecnologia setor x setor disposta para vinte setores produtivos para cada região.

Primeiramente, por intermédio dos índices de Rasmussen-Hirschman, foram identificadas três atividades-chave na economia fluminense: Mineração, Refino de petróleo e coque e Energia elétrica. Esse resultado significa que esses setores possuem uma elevada capacidade de dinamizar a economia da região, tanto pelo lado da oferta como pelo lado da demanda, caso sejam estimulados. O resultado encontrado em relação aos setores de Refino de petróleo e coque e Mineração é justificado na medida em que a região do Rio de Janeiro foi a maior prospectora de petróleo no ano de 2009. Além disso, convém ressaltar que a economia fluminense é altamente dependente da atividade petrolífera em relação à renda, emprego, e, principalmente, finanças públicas, no que tange ao repasse de compensações financeiras – royalties do petróleo. A Tabela 1 apresenta quais dos 20 setores produtivos do Estado do Rio de Janeiro referentes ao ano de 2009 possuem *linkages* para trás e para frente, e também os setores-chaves da região.

Em seguida, a análise do multiplicador de produção permitiu destacar os três setores que possuem um alto impacto sobre a produção a partir de alterações da demanda final, quais sejam: Refino de petróleo e coque, Material de transporte e Energia elétrica. Já os três setores que possuem os menores valores são: Construção, Agropecuária e Comércio. Esses últimos resultados podem ser justificados na medida em que o setor de construção no Rio de Janeiro é muito incipiente e altamente dependente de insumos de outros Estados do Brasil. Por sua vez, o resultado referente ao setor de Agropecuária mostra que o estado não possui vocação produtora nesta atividade. Já o resultado referente ao setor de comércio era esperado, uma vez que este setor situa-se no final na cadeia produtiva, possuindo uma baixa interdependência com os demais setores.

Com relação ao multiplicador de emprego do tipo I, ficou constatado que o setor de Refino de petróleo e coque possui amplo destaque

sobre a geração do número de empregos gerados, direta e indiretamente, na economia a partir da criação de uma unidade de emprego neste setor. Além deste, destacam-se também as atividades de Mineração e Energia elétrica. Convém ainda discorrer que esses setores não se destacaram em termos de geração de empregos diretos (multiplicador simples do emprego), o que demonstra que estes setores possuem baixa empregabilidade, apesar de terem sido considerados como setores chave na estrutura produtiva do estado.

Ao contrário, os resultados apontaram, de um modo geral, que os setores que mais gerariam empregos decorrentes de variações na demanda final na economia fluminense são aqueles que não desencadeariam um aumento do dinamismo da estrutura

produtiva local: Comércio; Indústrias Diversas; e Têxtil, Vestuário, Calçados.

Por último, ainda de acordo com os resultados obtidos, o setor de Refino de petróleo e coque também se destacou na análise do multiplicador de renda do tipo I. Além dele, merecem ressaltar os setores Material de transporte e Material elétrico e eletrônicos. A Tabela 2 reporta os três setores que apresentaram os maiores e os três setores que tiveram os menores valores dos multiplicadores supracitados.

Em linhas gerais, pode-se concluir que o Estado do Rio de Janeiro é altamente dependente dos setores ligados à atividade petrolífera, pois, como foi verificado, estes setores se mostraram capazes de dinamizar a produção, o número de empregos e renda no estado fluminense.

Todavia, este resultado deve ser

interpretado de forma cautelosa e preocupante, uma vez que o crescimento/desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro é dependente das atividades relacionadas ao petróleo. Estas atividades são suscetíveis a fatores externos, tais como política externa de preços, geopolítica do petróleo, regulação e normas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e até guerras em países produtores. A vulnerabilidade das atividades petrolíferas aos fatores externos, portanto, faz com que políticas públicas nesses setores com o objetivo de desenvolver a economia fluminense percam autonomia.

Orientador: Jilson de Assis Cabral

* É bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Tabela 1 - Índices de ligação e setores-chaves para a economia fluminense.

Setor	Linkages		Setor-chave
	Para Frente	Para Trás	
Agropecuária	-	-	
Mineração	Sim	Sim	Setor-chave
Indústria de Minerais Não Metálicos	-	Sim	
Metalurgia	Sim	-	
Máquinas e Equipamentos	-	Sim	
Material Elétrico e Eletrônicos	-	Sim	
Material de Transporte	-	Sim	
Madeira, Mobiliário, Papel	-	-	
Refino de petróleo e coque	Sim	Sim	Setor-chave
Outros Químicos e Farmacêuticos	Sim	-	
Têxtil, Vestuário, Calçados	-	-	
Produtos Alimentícios	-	-	
Indústrias Diversas	-	Sim	
Energia Elétrica	Sim	Sim	Setor-chave
Outros Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	-	Sim	
Construção	-	-	
Comércio	Sim	-	
Transportes	Sim	-	
Serviços Privados	Sim	-	
Governo e Serviços Públicos	-	-	

Fonte: Autor (2015).

Tabela 2 - Setores com Maiores e Menores Multiplicadores de Produção, Simples do Emprego, do Emprego do Tipo I e da Renda do Tipo I.

Posição	Multiplicador de Produção	Multiplicador Simples do Emprego	Multiplicador do Emprego Tipo I	Multiplicador da Renda Tipo I
1ª	Refino de petróleo e coque	Comércio	Refino de petróleo e coque	Refino de petróleo e coque
2ª	Material de Transporte	Indústrias Diversas	Mineração	Material de Transporte
3ª	Energia Elétrica	Têxtil, Vestuário, Calçados	Energia Elétrica	Material Elétrico e Eletrônicos
18ª	Comércio	Mineração	Indústrias Diversas	Indústrias Diversas
19ª	Agropecuária	Refino de petróleo e coque	Governo e Serviços Públicos	Comércio
20ª	Construção	Energia Elétrica	Comércio	Governo e Serviços Públicos

Fonte: Autor (2015).

“Nenhum tipo de violência é justificável e todo tipo de violência é evitável.”

Max Weber, em 1918, fundamentou sua definição histórica de Estado, na qual lhe atribuiu o monopólio do uso legítimo da violência. Para ele, o Estado, somente por meio do uso da força física, alcançava sua legitimidade dentro de um território. Hoje, quase 100 anos depois, a teoria ainda parece se encaixar em diversos momentos da república brasileira.

Dada a deterioração dos indicadores socioeconômicos e as constantes divergências políticas nos últimos anos, é evidente o aumento de conflitos nas ruas do país, principalmente nas grandes capitais. Junto a isso, os manifestantes, comumente, apresentam-se insatisfeitos com a permanente repressão policial, que é respaldada sob o argumento de manutenção da ordem pública.

Nesse contexto, este estudo pretende fazer uma comparação, com enfoque no estado e município do Rio, entre a crise econômica e a variação das despesas com segurança pública. Para isso, foram analisados os gastos do município, do estado e da Força Nacional, encontrados, respectivamente, na Prestação de Contas, no Portal Transparência do Estado e na Transparência Pública da União. Todos os dados foram deflacionados utilizando o IPCA de março de 2017.

O contexto da crise atrelado ao avanço das manifestações

A crise que assola o país é refletida nos números que representam os dados socioeconômicos, como a queda do PIB e o aumento no desemprego e no índice de criminalidade de cada estado. De acordo com dados do relatório Índice de Progresso Social, elaborado por *Social Progress Imperative*, o Brasil foi considerado o 11º país mais inseguro do

mundo em 2014. Somente no estado do Rio são registradas em média 2.200 ocorrências por dia, sendo que, aproximadamente, 50% são registros feitos na capital. No período de 2012 até 2016, observou-se um aumento de 12% do número de ocorrências no estado, acompanhado de um aumento de igual dimensão no município.

Consequentemente (ou não), a população sofre com um aumento no desemprego. Uma pesquisa feita pelo Plano Nacional de Domicílios - Pnad/IBGE mostrou que em 2015 a taxa de desemprego do estado era de 8,5%, quase 5% a menos que a taxa registrada em 2016, de 13,4%.

No Município, a porcentagem de 5,2% registrada em 2015 saltou para 10,4% em 2016. O Gráfico 1 expressa a evolução do desemprego no município. Trata-se da maior taxa de desemprego que o IBGE levantou desde que passou a ser divulgada por nova metodologia de pesquisa, em 2012.

No primeiro trimestre de 2017, a população desempregada no estado chegou a 1,2 milhão, cerca de 401 mil a mais que no mesmo período do ano passado. Além disso, o IBGE destacou que o Rio foi o quinto estado do país com o maior aumento no número de desempregados entre o primeiro trimestre de

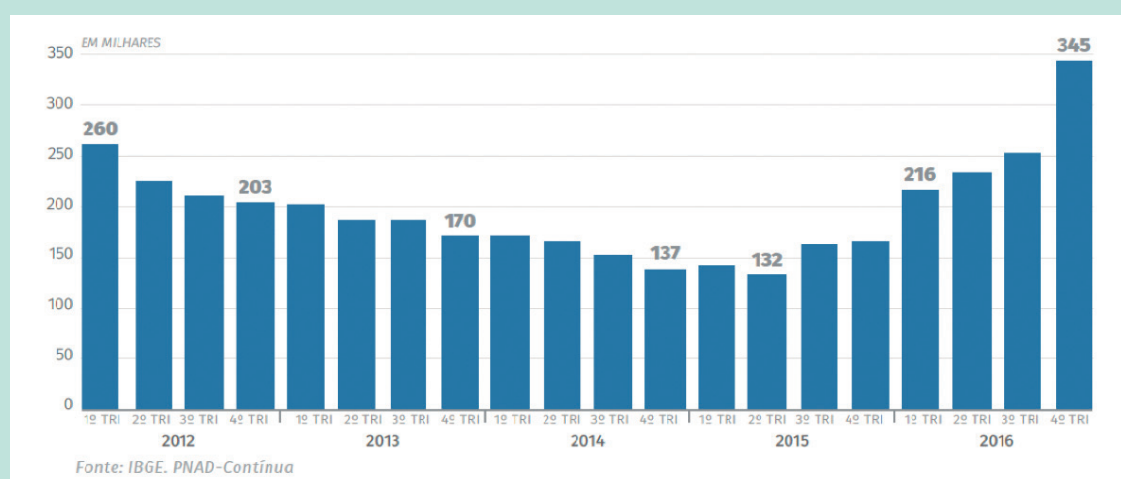
Organização das Nações Unidas

2016 e o deste ano. Tal fato pode ser explicado pela finalização das grandes obras de infraestrutura realizadas para a Olimpíada em 2016.

Outro fator que expressa de forma significativa a recessão brasileira é a queda do PIB nacional. Segundo o IPEADATA, enquanto de 2012 a 2014 o Produto apresentou taxas estáveis de aumento, estabilidade acompanhada pelos PIBs do estado e do município, a partir de 2015 houve uma queda de 7% contando com o ano de 2016.

A insatisfação diante da instabilidade política e econômica, acompanhada do medo trazido pela crescente violência, traz à tona a im-

Gráfico 1 - População Desempregada, em mil pessoas, do Município do Rio (2012 a 2016)



Fonte: Estudo “O Rio em perspectiva – um diagnóstico de escolhas públicas”, produzido pela Fundação Getúlio Vargas.

Quadro 1 - Comparação entre manifestações dos últimos quatro anos e o número de presentes

Manifestação/Ano	Estimativa
Protesto de servidores públicos federais por melhores condições de trabalho/2012	200 (Centro de Operações da Prefeitura)
Protesto contra o preço e a qualidade do transporte público/2013	Tais protestos levaram cerca de um milhão de pessoas às ruas.
Protesto de professores, rodoviários, entre outros, contra a Copa do Mundo/2014	1,3 mil (PM)
Protesto antigoverno PT/2015	15 mil (PM)/100 mil (Mov. “Vem Pra Rua”)
Protesto pró-impeachment/2016	1 milhão (Organizadores do Ato)

Fonte: G1.com

portância de análise dos dados que apontam a gênese de cada movimento popular ocorrido nos últimos anos. A partir de certas pesquisas selecionamos algumas manifestações, e as suas devidas reivindicações, que nos ajudam a compreender o cenário do Rio. Para o Quadro 1, foi selecionada uma manifestação para cada um dos últimos cinco anos.

Uma relevante observação a ser feita sobre os dados a respeito das manifestações é o expressivo aumento no número de presentes. Este salto é acompanhado de um crescimento na repressão. Nesses últimos cinco anos, tornaram-se recorrentes as manchetes que evidenciam o grande aumento no uso da repressão como forma de conter o público em meio aos movimentos sociais. Para tanto, são usados spray de pimenta, bombas de efeito moral, balas de borracha, entre outras armas classificadas como não letais.

Segurança ou repressão?

Hoje, apesar de a Constituição garantir o direito à liberdade de expressão, a repressão policial ainda é um instrumento amplamente utilizado para dispersar manifestantes. Observa-se que, em um contexto de difícil situação econômica, o governo ainda emprega boa parcela do orçamento com segurança pública e com a introdução de novas estratégias para a manutenção da ordem.

Em sua história, o Rio presenciou manifestações populares de grande relevância para a conjuntura do país. Nesse contexto, surgiu a Polícia Militar do Rio de Janeiro, comumente defendendo interesses das classes dominantes da região. Ora para reprimir, ora para defender, a PMERJ esteve envolvida em boa parte dos movimentos nas ruas desde a sua criação, e continua atuando vigorosamente nos dias atuais.

A partir de 2013, o Rio passou por momentos de muitos conflitos entre o poder público e o povo. Em meio aos megaeventos e a crise político-econômica que gerou graves

Quadro 2 - Variação da despesa total e da despesa com segurança pública

Ano	Despesa Total	Variação	Despesa Seg. Pública	Variação	Participação da PM na Seg. Públ.
2012	R\$ 87.401.534.199,56		R\$ 9.114.476.019,52		41%
2013	R\$ 92.940.160.612,63	6%	R\$ 10.666.854.087,97	17%	42%
2014	R\$ 91.880.789.330,00	-1%	R\$ 10.987.946.343,98	3%	47%
2015	R\$ 73.421.193.868,17	-20%	R\$ 11.027.901.920,80	0%	41%
2016	R\$ 62.207.612.422,33	-15%	R\$ 10.798.821.653,84	-2%	43%
Variação Total		-29%		18%	

Fonte: Portal Transparência do Estado do Rio de Janeiro – 2012 a 2016

Quadro 3 - Despesas por subelemento

Ano	Munição, explosivos e armamento	Serviços secretos	Equip. e apare. de telecom.	Aeronaves, veículos e carros de combate
2012	R\$ 9.151.619,80	R\$3.733.430,64	R\$5.269.689,28	R\$ 71.086.183,59
2013	R\$ 10.493.556,66	R\$3.168.139,67	R\$7.006.935,51	R\$ 73.578.329,76
2014	R\$ 6.065.016,47	R\$5.069.630,16	R\$55.332.001,98	R\$ 125.544.951,94
2015	R\$ 8.132.102,56	R\$3.447.804,57	R\$19.788.919,89	R\$ 73.616.254,92
2016	R\$ 3.710.720,65	R\$2.227.856,44	R\$18.788.919,89	R\$ 65.678.840,72
2017	R\$ 32.730,19	R\$1.103.039,54		

Fonte: Portal Transparência do Estado do Rio de Janeiro – 2012 - 04/2017

Quadro 4 - Trajetória das Despesas do Município

Trajetória de Despesas do Município			
Ano	Despesa Total do Município	Gasto Total com Ordem Pública	Percentual referente à Guarda Municipal
2012	R\$ 28.719.054.380,00	R\$ 419.571.239,40	95,72%
2013	R\$ 28.294.966.160,00	R\$ 437.479.155,57	95,42%
2014	R\$ 29.921.531.310,00	R\$ 534.428.847,40	95,45%
2015	R\$ 30.531.973.000,00	R\$ 541.533.657,16	93,97%
2016	R\$ 29.710.454.950,00	R\$ 556.610.228,57	93,61%

Fonte: Prestação de Contas: 2012-2016

Quadro 5 - Despesas da Força Nacional, Polícia Militar e Guarda Municipal de 2012 a 2017

Ano	Força Nacional	Polícia Militar	Guarda Municipal
2012	R\$73.011.280,82	R\$3.696.709.312,78	R\$ 401.610.300,01
2013	R\$176.498.893,96	R\$4.523.189.457,39	R\$ 417.429.316,58
2014	R\$179.493.066,21	R\$5.199.235.445,73	R\$ 510.112.409,53
2015	R\$121.720.829,56	R\$4.492.798.206,17	R\$ 508.870.822,26
2016	R\$97.293.331,00	R\$4.675.464.726,69	R\$ 521.021.733,63
2017	R\$65.024.697,29	R\$1.585.473.019,62	R\$ 34.698.573,23

Fonte: Transparência Fiscal; Portal Transparência Pública e Prestação de Contas. 2012 - 04/2017.

insatisfações na população, notam-se dados que merecem destaque nas despesas com segurança e que indicam a sua relevância na estrutura estadual.

Ao comparar a variação da despesa total do governo com a despesa na função segurança pública no período de 2012 a 2016, percebe-se que, enquanto o gasto com segurança aumentou 18%, o gasto total encolheu 29%. Vale ressaltar, também, que apesar da crise, que diminuiu a receita estadual e afetou drasticamente o orçamento, o gasto

com segurança aumentou o seu peso de 10% em 2012 para 17% em 2016, sendo o aumento mais relevante em 2013, ano das “jornadas de junho”.

Em relação à PMERJ, esta apresentou uma maior participação a partir de 2013 e principalmente em 2014, onde atingiu 47% da despesa com segurança pública. Já nos anos seguintes, apresentou uma queda, voltando a patamares anteriores. Tais dados são observados no Quadro 2.

Em relação às despesas com fatores específicos que entram no âmbito

to da coibição de manifestações populares, destacam-se os gastos com: Munição, Explosivos e Armamento, onde estão, entre outras coisas, compras de munições consideradas não letais; Serviço Secreto, no qual se situam os gastos com policiais infiltrados em meio a manifestantes; Equipamentos e Aparelhos de Comunicação, onde são incluídas as compras de novas ferramentas de vigilância e manipulação de sistemas eletrônicos de telecomunicação; e Aeronaves, Veículos e Carros de Combate, que, além de serem gastos

exigidos no combate à criminalidade em geral, também participam na repressão de grandes aglomerações.

Vê-se no Quadro 3 as despesas com cada um desses subelementos, no período entre 2012 e 2017.

A respeito das munições, explosivos e armamentos, o maior gasto é observado em 2013, ano de grandes conflitos e anterior à Copa. Destacam-se também os anos de 2012 e 2015: este último que antecedeu o exercício no qual ocorreram as Olimpíadas. Nota-se uma preparação prévia para os megaeventos, visto que, em 2014 e 2016, os gastos foram menores do que nos outros anos.

É evidente que a despesa com esses subelementos não é composta apenas de aparatos de repressão e inclui diversos outros armamentos para combater a criminalidade. No entanto, ao analisar os contratos do estado com a empresa Condor S/A Ind. Química, maior fabricante brasileira de tecnologias não letais, encontram-se, de 2012 a 2016, compras realizadas no valor de R\$ 6,8 milhões. Neste período, são destaques os contratos do ano de 2012, no qual a aquisição desses materiais chegou a um valor de R\$ 5 milhões, representando significativos 54% do gasto total em munições e explosivos. Não é possível afirmar nada sobre os altos valores nessas transações, mas pode-se supor que também seja uma forma de preparação para os megaeventos ocorridos posteriormente.

Já no que concerne às despesas em serviços secretos e com equipamentos e aparelhos de telecomunicações, o destaque é para 2014, ano de novas exigências e introdução de estratégias de vigilância e controle do espaço virtual. De acordo com o artigo “Como as Olimpíadas ajudaram o Brasil a aumentar seu aparato de vigilância social” da Revista VICE, há um movimento atual no país, que encontrou respaldo nos grandes eventos, de aquisição de novos instrumentos de monitoramento, como os StingRays, tecnologia capaz de identificar quem está usando celular no seu raio de alcance ou até conseguir acesso irrestrito aos aparelhos.

O texto afirma: “foi mais ou menos o que aconteceu a partir dos protestos de junho de 2013 e contra a Copa do Mundo, quando começaram as rondas virtuais, prática na qual policiais varrem redes sociais em busca de quaisquer indícios que pudessem incriminar suspeitos.”

Os investimentos em aeronaves, veículos e carros de combate também deram um salto em 2014, indicando novamente uma renovação nos materiais e introdução de novos meios de manutenção da ordem pública na segurança do estado neste ano.

Guarda Municipal

Podemos destacar o papel da Guarda como principal órgão responsável pela manutenção da ordem pública. Dessa forma, ao analisar as

despesas municipais, verifica-se que as mesmas apresentaram um aumento de 3% no período de 2012 a 2016, do qual 14% são referentes a gastos com ordem pública. Ademais, é válido ressaltar que os gastos com a Guarda tiveram um aumento expressivo, na ordem de 30%, quando comparados à modesta variação da despesa total. O quadro 4 mostra essa trajetória:

Dentro dessa ótica de segurança, destaca-se o programa Rio em Ordem, que tem como objetivo de ampliar a atuação da Guarda, através do aumento de seu efetivo e modernização de seus procedimentos e sua infraestrutura. Neste quesito, podemos ressaltar que a partir de 2014 a prefeitura começou a investir em modernização e capacitação da mesma, chegando ao montante total de R\$ 1.824.878,90 investidos em três anos.

Força Nacional de Segurança Pública

Já no âmbito nacional, verifica-se que os gastos com a Força Nacional também apresentaram variações significativas no período 2012- 2016. Entre 2012 e 2014, houve um aumento de R\$ 106.481.785,39 dessa despesa, seguido de uma queda gradual nos anos subsequentes. Vale-se destacar que o aumento inicial deu-se no período de expansão das manifestações sociais e de preparação para o recebimento de um megaevento internacional. O quadro 5 evi-

dencia a trajetória das despesas dos principais órgãos responsáveis pela segurança das três esferas.

Considerações finais

A partir do estudo realizado, é possível obter uma boa percepção do quadro geral da segurança pública e dos indicadores sociais do Rio. Nota-se que os gastos estaduais e municipais com segurança em geral, que incluem a atuação da PMERJ e da Guarda respectivamente, cresceram acima da variação da criminalidade no período de 2012 a 2016. Somado a isso, encontra-se uma ajuda crescente da União, por meio da Força Nacional.

Ao mesmo tempo, os dados demonstram despesas significativas em armamentos considerados não letais, serviços secretos e equipamentos de telecomunicação, que demonstram introdução de novas estratégias para combate de movimentos considerados afrontadores da ordem pública.

Visto isso, percebe-se que, em um contexto de grave crise política e econômica que ocasionou grandes manifestações populares no estado, o governo não conteve esforços para tentar amenizar as reivindicações de direitos e enfraquecer os movimentos, combatendo com forte repressão em diversos momentos. Assim, parece que a prioridade governamental é reprimir a contestação e não solucionar as suas causas.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse: www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj
Coordenação: Luiz Mario Behnken, Pâmela Matos e Talita Araújo. Assistentes: Est. Bruno Lins, Est. Hellen Machado e Est. Thamyris Meirellis.

Agenda de cursos

Perícia Econômica

Até 28/11/2017 | 69 horas-aula | 18h30 às 21h30 | Prof. Roque Licks. Inscrições: 21 2103-0118 e 2103-0119 e www.corecon-rj.org.br/cursos_inscricao.php

Atualize seu cadastro no Corecon-RJ

Manter o cadastro atualizado é fundamental para que o Conselho possa se comunicar com você. Solicitamos que você nos informe sobre qualquer mudança nos seus dados cadastrais, tais como: e-mail, endereço residencial ou comercial, telefones fixo ou celular etc. Você pode utilizar os seguintes canais:

- 1) Site do Corecon-RJ, www.corecon-rj.org.br, seção “atualização cadastral” (na barra superior)
- 2) Telefones: 21-2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0131.
- 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.